

00073/81

« R E C O R D E »

Apartado 2571

Lisboa Codex

54 43 01

PORTUGAL HOJE Lisboa	27 JUN 1981
ALGARVE (O) Faro	
ANGLO PORTUGUESE NEWS (THE) Lisboa	
AURORA DO LIMA	

Equivalências - Diplomas

Psicólogos reclamam equiparação académica

206
9
Sindicato dos Psicólogos, em comunicado aos órgãos de Comunicação, assume posição de frontal discordância face à «solução» proposta pela Direcção-Geral do Ensino Superior quanto à equiparação ao grau de licenciado dos psicólogos diplomados pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

O comunicado aponta como razões da sua discordância o facto de a solução apresentada pelo MEC apenas resolver a questão relativa ao acesso e progressão na Função Pública, deixando em aberto o problema quanto à possibilidade de carreira docente e nos sectores empresariais, onde numerosos contratos colectivos de trabalho em vigor exigem o grau de licenciado ou equivalente.

No plano académico, o SNP contrapõe que a «solução» do MEC não encontra fundamento em deficiências de formação que justifiquem estudos complementares, sendo um mero formalismo institucional, que «iria obrigar a que muitos psicólogos com vários anos de experiência fossem forçados a uma passagem pela Escola Oficial».

Argumenta ainda o SNP que o curso que os seus filiados possuem, «pela estrutura curricular e duração (cinco anos) é reconhecido como idêntico aos cursos oficiais de licenciatura e como tal aceite pela generalidade das Universidades estrangeiras» e que, por outro lado, «são estes psicólogos que supervisionam os estágios dos licenciados pelas faculdades, integrando-os na prática profissional.»

Os psicólogos denunciam ainda que, no plano social e sindical, a solução do MEC manteria, na prática, a existência de «psicólogos de primeira» e «psicólogos de segunda», reflectindo uma preocupante ausência de análise e compreensão da forma como o Ensino Superior em geral e a Psicologia em particular têm evoluído, para além de se apresentar como «nitidamente contraditória com os princípios defendidos pelo Governo e pela sua maioria parlamentar, no que se refere à liberdade de aprender e ensinar e igualdade de oportunidades e não discriminação entre o ensino estatal e os ensinamentos particulares e cooperativos».